

## As representações da *Folha de São Paulo* sobre o PTB no regime presidencial de João Goulart (1963)

Folha de São Paulo's representations of the PTB in the presidential regime of João Goulart (1963)

**Eric Patrick Silva de Faria Rocha**

Mestrando em História

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

eric\_patrickcgc@yahoo.com.br

**Recebido:** 09/05/2024

**Aprovado:** 01/07/2024

**Resumo:** A presente pesquisa acadêmica tem como objetivo analisar as representações da Folha de São Paulo sobre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no regime presidencialista de João Goulart, mas especificamente no ano de 1963. Inicialmente, busca-se contextualizar o período passando pelos ambientes mundial, latino-americano e brasileiro. Em seguida, remete-se acerca da renovada inserção do estudo da imprensa na seara de fontes primárias do historiador, passando para a caracterização da atuação da imprensa no governo Goulart. Para encerrar o estudo, analisar-se-á as representações emanadas pela Folha de São Paulo sobre o PTB, utilizando seus editoriais para identificar suas estratégias textuais e posicionamento.

**Palavras-chave:** Governo João Goulart; Folha de São Paulo; PTB.

**Abstract:** The present academic research aims to analyze the representations of the Folha de São Paulo about the Brazilian Labor Party (PTB) in the presidential regime of João Goulart, but specifically in the year 1963. Initially, it seeks to contextualize the period passing through the world, Latin American and Brazilian environments. Then, it refers to the renewed insertion of the study of the press in the field of primary sources of the historian, moving on to the characterization of the performance of the press in the Goulart government. To conclude the study, we will analyze the representations emanating from Folha de São Paulo about the PTB, using its editorials to identify its textual strategies and positioning.

**Keywords:** João Goulart Government; Folha de São Paulo; PTB.

## Introdução

Os conturbados anos do início da década de 1960 no Brasil tiveram diversas nuances e elementos influenciadores. O contexto global permeado pela divisão entre capitalistas e socialistas impregnou análises e eventos em um mundo de constante tensão, com movimentos, declarações e atos calculados que poderiam ou não ensejar uma guerra de proporções estratosféricas, ameaçando até mesmo a vida na Terra. Uma coalizão pelo suicídio da raça humana sempre foi uma possibilidade na era da polarização, e isso custou uma série de abalos aos que vivenciavam aqueles tensos momentos de parte do século XX. Felizmente, os confrontos localizados que opuseram defensores das duas vertentes não foram suficientes para nos destruir. Mas os danos psicológicos são inegáveis.

Neste ínterim, a América Latina também enfrentou seus desafios e viu o gigante do norte promover uma vigilância incessante perante os destinos de cada uma das nações que compunham aquela porção do continente. Mesmo com atuação ativa nestas nações, os Estados Unidos não conseguiram evitar todas as insatisfações e movimentos revolucionários dos latino-americanos, onde os exemplos boliviano e cubano marcam presença, levando ao êxito suas próprias versões da luta pela liberdade.

O presente artigo visa analisar um dos principais veículos de imprensa naquele contexto: a *Folha de São Paulo*. Centraremos nossa análise concernente as representações o veículo noticioso paulista emanava em relação a um dos principais partidos da época, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Primeiramente, contextualizaremos a situação mundial, latino-americana e brasileira para inserir o leitor num dos contextos de maior tensão política de maneira global no século XX. Em seguida, assinalaremos a importância progressiva que os periódicos e a imprensa ganharam como objetos de pesquisa do historiador junto a atuação da imprensa no governo Jango. Derradeiramente, realizaremos a análise das representações da *Folha de São Paulo* em relação ao PTB no período presidencialista do governo Goulart, buscando analisar seus componentes discursivos.

Para a construção do estudo, elencamos alguns editoriais do ano de 1963 após a análise de todas as tiragens do período que compreende o regime presidencial de Jango, selecionando alguns trechos que apresentavam impressões da *Folha* sobre o partido do presidente, golpeado posteriormente pelos militares em 1964. A pesquisa se justifica na medida em que a necessidade de análise das representações dos partidos políticos pelos grandes veículos de imprensa cresce a cada momento e ganha vital importância na atualidade, visto que suas ideias e opiniões tem poder amplo de influência

por atingir diversos setores da sociedade, que não somente a brasileira. É premente ressaltar a atuação das mídias no governo Goulart, visto que suas ações interferiram no rumo dos acontecimentos, contribuindo para que outros setores da sociedade civil e militar se posicionassem.

### **Era João Goulart: o mundo, a América Latina e o Brasil**

No início dos anos de 1960, o mundo estava dividido em dois blocos antagônicos em questões ideológicas e a atmosfera era de conflito iminente entre as duas maiores potências à época: Estados Unidos no *front* capitalista e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no *front* comunista. O possível enfrentamento destas duas grandes nações marcou o que ficou conhecida como Guerra Fria.

A Guerra Fria tem seu início logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945. O historiador inglês Eric Hobsbawm (1994) a considera como uma Terceira Guerra Mundial, apesar de seu caráter bastante peculiar. Esta peculiaridade se dava pelo consenso em torno da distribuição do controle e da influência de americanos e soviéticos. Os países capitalistas eram dominados e fortemente influenciados pelos americanos. Os territórios que estavam com a presença do Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas se encontravam no domínio soviético. O acordo não era contestado em sua essência, segundo Hobsbawm.

O historiador ainda expõe que a Guerra Fria se caracterizou por possuir um acordo implícito de Paz Fria até os anos de 1970. A Paz Fria se alicerçou em um período de paz política e econômica, onde os dois lados faziam todo o esforço para não ensejar uma guerra, acreditando que uma coexistência pacífica poderia ser mantida em longo prazo. Um fator relevante se apresentou naquele período: o arsenal nuclear. No momento que URSS e EUA estão munidos de armamento nuclear, abandonaram a guerra como instrumento de política por enxergarem uma coalizão pelo suicídio caso a luta fosse travada. Em outras palavras, este próprio armamento nuclear mantinha a paz, visto que não representaria vantagem para nenhum dos lados se o mundo fosse inteiramente esfacelado em resultado de uma guerra nuclear. Hobsbawm acredita ser difícil afirmar se as duas potências dominantes aventaram a possibilidade de guerra. Sabe-se que

Infelizmente, a própria certeza de que nenhuma das superpotências iria de fato *querer* apertar o botão nuclear tentava os dois lados a usar gestos nucleares para fins de negociação, ou (nos EUA) para fins de política interna, confiantes em que o outro

tampouco queria a guerra. Essa confiança revelou-se justificada, mas ao custo de abalar os nervos de várias gerações. (Hobsbawm, 1994, p.227; grifo do autor)

Portanto, a tensão da Guerra Fria obtinha fulcro nas ameaças confiantes das superpotências em que o adversário não iria querer a guerra. Seus formuladores a usavam como arma de negociação política, entretanto, o povo se via sempre na iminência de uma guerra, desestabilizando a sensação de paz de diversas pessoas.

Outro elemento que contribuía para um ambiente de alta tensão no Brasil era o contexto latino-americano de eclosão revolucionária que atingia as mais variadas partes do continente, ocupando a cubana sua cena principal. A revolução cubana adquiriu grande relevância para o contexto latino-americano. Para Luis Fernando Ayerbe (2004), os fatos do processo revolucionário cubano podem ser divididos em três. Em 1953, Fulgêncio Batista se torna ditador de Cuba após um golpe militar, fechando as possibilidades de representação para diversos setores sociais cubanos, eliminando a vida política. A partir disso, o contexto se desdobra até as tentativas de assalto aos quartéis de Moncada e Bayamo, em 1954, detonando o processo de radicalização de grupos militantes que visavam o retorno a vida democrática, liderados por Fidel Castro. A derrota para o governo Batista compele estes militantes a investigarem e refletirem com maior acurácia as causas das mazelas da sociedade cubana, pensando sobre aspectos sociais, econômicos e sistêmicas de uma Cuba dominada pelo imperialismo.

A partir do desembarque do *Granma*, iate que levou Fidel e mais 81 guerrilheiros opositores a ditadura de Batista, iniciou-se uma nova fase de contestação, ocorrendo o enfraquecimento da ditadura batistiana a partir de fatores como a não aceitação pacífica da deterioração das condições de vida pelas classes populares no campo e nas cidades, junto a uma crise nas alas dominantes fragmentadora da base de sustentação do regime e múltiplas derrotas no campo militar frente aos guerrilheiros. A rebelião contra Batista procede com traços mais profundos de transformação na sociedade cubana, visto que os guerrilheiros implementavam medidas de seu programa nas áreas conquistadas, como os iniciais experimentos de reforma agrária. Ayerbe (2004) aponta três grandes qualidades que permitiram aos insurgentes desencadear o processo inicial de revolução:

1ª grande capacidade de organização; 2ª abertura negociadora em relação aos setores descontentes das elites, especialmente os que se concentram na rica e cosmopolita cidade de Havana, valorizando as convergências sobre a Cuba pós-Batista; 3ª comprometimento com os anseios dos setores populares na realização das reformas estruturais, antecipando medidas revolucionárias no decorrer do processo de luta (Ayerbe, 2004, p. 38).

A vigilância promovida pelos Estados Unidos na parte latino-americana permeada pelo contexto da Guerra Fria também exerce influência nos rumos de Cuba. De acordo com Ayerbe (2004), os EUA, como autodesignados defensores do mundo livre, passaram a realizar diversas interferências na América Latina e no Caribe, sob o pretexto de combate ao expansionismo soviético. A revolução cubana ocorre no final do governo Eisenhower nos EUA e passa pelo governo John Kennedy, promovendo ações que visaram desestabilizar o governo revolucionário cubano, como a invasão da Baía dos Porcos<sup>9</sup> e a Operação Mangusto<sup>10</sup>. Em 11 de março de 1962, são descobertos mísseis soviéticos instalados na ilha, o que levou ao encontro das frotas navais americanas e soviéticas no Atlântico. O desfecho da crise se deu de forma negociada. Eric Hobsbawm considera que a estratégia das potências da Guerra Fria na crise dos mísseis cubanos de 1962<sup>11</sup> fora de impedir que qualquer gesto fosse visto como um ato incitante para a guerra, deixando o mundo à beira dela de forma desnecessária.

Desde os anos de 1950, o Brasil experimentava pressões de setores da sociedade civil e de militares que faziam cambalear seu sistema democrático. Segundo Jorge Ferreira (2017), o primeiro desses movimentos de grande pressão se deu no governo Vargas iniciado em 1951, onde sujeitos como a União Democrática Nacional (UDN), imprensa e as próprias forças marciais atuaram para desestabilizar o mandato varguista, tendo seu fim precipitado pela morte do major Rubem Vaz por um segurança de Vargas na rua Toneleros e o conseqüente suicídio do então presidente. A reação popular ao suicídio de Vargas foi responsável por fazer os golpistas recuarem, impedindo a instalação de um governo militar no país. Em 1955, a UDN, parte da imprensa e uma ala golpista do exército também se mancomunaram para instituir o poder militar e interromper a vida democrática no país, mas foram impedidos pelo golpe preventivo do marechal Henrique Teixeira Lott no episódio que ficou conhecido como “novembrada” (Ferreira, 2017).

A política externa americana recrudescer sua atenção a América Latina a partir dos anos de 1960, e o Brasil foi um dos grandes pontos de vigília vista a alta conturbação política que apresentava. Segundo Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), Jânio Quadros (JQ), eleito presidente em

---

<sup>9</sup> Expedição militar enviada pelos EUA em abril de 1961 com o intuito de intervir na realidade política cubana. As forças revolucionárias cubanas derrotaram rapidamente a interdição, fazendo diversos prisioneiros Ver Ayerbe (2004).

<sup>10</sup> Segundo Ayerbe (2004), a Operação Mangusto se constituiu em um programa de ações clandestinas de sabotagem, guerra econômica e atentados contra autoridades cubanas com o fim de desestabilizar o governo revolucionário.

<sup>11</sup> A crise dos mísseis cubanos consistiu na instalação por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de mísseis balísticos intercontinentais na ilha de Cuba, em resposta aos Estados Unidos, que decidira instalar mísseis de igual calibre na Itália e na Turquia. Fonte: <https://dinamicaglobal.wordpress.com/historica/a-crise-dos-misseis-levou-o-mundo-muito-proximo-da-extincao/> (acessado em 23/11/2023).

1960, renuncia ao cargo cerca de 7 meses depois de ter tomado posse, em 25 de agosto de 1961, o que gera uma crise sem precedentes na história brasileira. O governo JQ foi protagonista de medidas contraditórias junto a sua política externa independente, que, entre outras ações, condecorou Ernesto “Che” Guevara, um dos líderes da revolução cubana. O vice-presidente de Jânio era João Goulart (JG), tido como excessivamente trabalhista<sup>12</sup> por alguns setores conservadores e anticomunistas brasileiros, desencadeando reações da oposição ao trabalhismo que visavam quebrar os princípios constitucionais e impedir a posse de Jango.

A Cadeia Radiofônica da Legalidade liderada por Leonel Brizolla em 1961, comandada do palácio Piratini em terras sul-rio-grandenses, auxiliou na manutenção do respeito a constituição com um discurso marcadamente legalista. Já o Congresso, discordante desde o início com a proposta militar de impeachment de Goulart e com a possibilidade do golpe, encontrou a solução parlamentarista<sup>13</sup>. A votação na Câmara emendou o parlamentarismo a Constituição após os seus 236 votos a favor contra os 55 contrários a tal medida (Toledo, 1991, p.19). “O poder civil queria impor-se ao poder militar” (Ferreira; Gomes, 2014, p.43).

Napolitano (2014) entende o grande mérito da engenharia política brasileira ao evitar uma guerra civil com a implantação do parlamentarismo no país. Contudo, também depreende que a instalação do regime parlamentar possuía caráter golpista, onde, neste modo de parlamentarismo, não se delegava poderes ao chefe de Estado para dissolver o Congresso e convocar novas eleições. Esvaziava-se o comando presidencial, objetivando “não criar um sistema político robusto e administrativamente eficaz” (Napolitano, 2014, p.35).

O governo parlamentarista de Goulart marcara-se pela oposição dos mais variados setores ao regime de gabinete. Direita e esquerda tratariam de sabotar o sistema, e o próprio Goulart fora um de seus maiores opositores. O parlamentarismo não convencia ninguém quanto sua a probabilidade de

---

<sup>12</sup> João Goulart era tratado como o principal herdeiro político de Getúlio Vargas, presidente marcado por medidas de cunho trabalhista. No governo Vargas de 1951-1954, Jango fora Ministro do Trabalho e propôs o aumento de 100% no salário mínimo, além de estabelecer relações próximas com os sindicatos. Além disso, no tempo da renúncia de Jânio, João Goulart dava prosseguimento a Política Externa Independente na China comunista, apavorando os anticomunistas setores militares brasileiros. Ver Ferreira; Gomes (2014).

<sup>13</sup> O modelo parlamentarista que o Brasil adotara tinha algumas peculiaridades. Nos regimes parlamentares conhecidos, o partido político que obtivesse maioria na Câmara indicava o primeiro-ministro, que seria o Chefe de governo e teria o poder de veto. O parlamentarismo acordado em 1961 dava ao presidente do país a incumbência da indicação do primeiro-ministro e o próprio poder de veto, se diferenciando de outras experiências do chamado “regime de gabinete”. Ver Ferreira; Gomes (2014)

êxito político, e os notáveis comandantes políticos civis e militares não apoiavam o regime. A solução parlamentarista não serviu nem para acalmar os ânimos golpistas dos militares da Junta, que continuaram arquitetando planos de deposição a Jango (Napolitano, 2014)

Nesse período, a pressão pela antecipação que decidiria a continuidade ou não do parlamentarismo se intensificara, e o Congresso Nacional, mediante a pressão militar, o desapoio dos principais partidos ao sistema parlamentarista e a greve geral de 14 de setembro do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), votara uma Lei Complementar que estabeleceria um plebiscito no dia 6 de janeiro de 1963.

A alternativa presidencialista venceu nas urnas, com 9,5 milhões de votos entre os 11,5 milhões de brasileiros votantes (Ferreira; Gomes, 2014). O regime presidencial de Jango se marcou pela tentativa de reerguimento econômico brasileiro, fustigado pela inflação. Além disso, o governo presidencial de João Goulart teve que encarar uma radicalização política crescente, que já estava em curso desde 1962. Em setembro e outubro de 1963, a situação política precária de JG se agravou, e o presidente foi buscar apoio político nas esquerdas. Segundo Ferreira e Gomes (2014), a oficialização de seu assentamento à esquerda do espectro político brasileiro ocorreu no Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964. No dia 31 de março, setores da ala conservadora brasileira, junto a interferência externa americana e militares insatisfeitos com Jango articularam o golpe militar, concretizado no dia 1 de abril.

Já em relação ao sistema político brasileiro, se apresentava três principais partidos: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Partido Social Democrático (PSD), maior partido durante o período compreendido entre 1945 e 1964, é considerado o grande responsável pela estabilidade deste período, segundo Lucia Hipólito (1985). Lucília Delgado (2017) observa que o PSD foi construído de dentro para fora do Estado, pois agregou candidatos que já eram pertencentes a máquina administrativa do governo estadonovista de Getúlio Vargas, principalmente em nível estadual e federal. O partido pessedista representou majoritariamente alguns segmentos da classe média urbana e as oligarquias estaduais, e “sua habilidade e capacidade de alcançar e se manter no poder marcaram época”, figurando como “grandes mestres da negociação” e ganhando a fama de “raposas” da política brasileira” (Delgado, 2017. p.138).

A União Democrática Nacional (UDN) foi o segundo maior partido durante boa parte deste intervalo democrático, desbancado somente na década de 1960 pelo Partido Trabalhista Brasileiro. De acordo com Maria Vitória Benevides (1981), a agremiação partidária era caracterizada por uma forte oposição a praticamente todos os governos que se sucederam na República de 1946, mas as divergências internas do partido eram nítidas, onde duas alas se destacavam: a “Bossa Nova”, grupo mais à esquerda do partido e a “Banda de Música”, com forte apologia anticomunista. Para Maria Victória Benevides, “o divisor de águas entre a ‘Bossa Nova’ e a UDN tradicional era a discussão sobre as reformas de base, sobretudo a agrária” (Benevides, 1981, p.123), o que mostra que o processo de polarização também esteve presente no partido.

Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), conhecido por ser o principal herdeiro do legado getulista, se mostrou como terceira força na maior parte do período, ganhando força na década de 1960 com a ascensão de João Goulart à presidência. De acordo com Maria Celina D’Araujo (1996), o partido possui uma origem marcada pelo carisma, e apresentava um caráter fortemente personalista, gravitando em torno da figura de Getúlio Vargas. Entre suas diversas características e ações durante a República de 1946, pode-se elencar a sua capacidade de associar uma prática governista ao crescimento de sua atuação na área sindical, além de se apresentar como centro eleitoral de corrente nacionalista que propugnava mudanças estruturais.

Dados os principais personagens no contexto mundial, latino-americano e brasileiro, junto ao sistema partidário brasileiro, vamos prosseguir inserindo o panorama dos estudos sobre a imprensa no Brasil, junto a sua atuação no governo Jango, onde se testemunhou um dos períodos de maior efervescência e atividade do segmento no país, apresentando posicionamentos diversos em relação a medidas e aos personagens governamentais.

### **A inserção do estudo da imprensa na historiografia e sua atuação no governo João Goulart**

O uso da imprensa como objeto e fonte de estudo tem crescido substancialmente nos últimos anos. Maria Helena Capelato (2015) ressalta que sua abordagem era vista com desconfiança, se tornando um dos principais meios de estudo historiográfico no final do século XX. Em um momento de revisões teóricas e metodológicas, se deu na década de 1970 um processo de resignificação do



papel da mídia nas investigações históricas, colocando-se novos problemas, abordagens inéditas e a transformação do uso de novos objetos e fontes para o estudo da História. A rediscussão sobre o papel dos documentos e os questionamentos perante o seu uso reavivaram a utilização da imprensa como instrumento para a reconstituição histórica, esvaecendo-se o preconceito que antes se nutria. Segundo Tânia de Luca (2008), este movimento é também fomentado pela terceira geração dos *Annales*<sup>14</sup>, ampliando-se bruscamente o campo de interesses do historiador, tais como os mitos, as mentalidades, os jovens, a infância e etc. Além disso, a história cultural experimentou grande fortalecimento durante as décadas de 60 e 70, renovando suas análises ao enfatizar e implementar a história vista de baixo, tendo como figura principal Edward Thompson.

Nelson Werneck Sodré (1966) ressalta que jornais, folhetos, revistas, etc., foram utilizados como recursos de intervenção do debate público desde a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808. Unindo suas lutas específicas à causa comum da liberdade de expressão, a imprensa se afirmou como empresa e consolidou-se como atriz política no decorrer do século XX, participando das discussões relativas à política republicana e dos confrontos entre projetos políticos concorrentes (Sodré, 1966). Para Heloísa Cruz e Maria Peixoto (2007), deste modo, a imprensa ambientou-se no sistema capitalista e a reflexão sobre sua historicidade deve considerar este fato, devendo se problematizar suas articulações a outros atores da sociedade em geral, bem como as suas “conjunturas específicas do longo processo de constituição, de consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas”. A reflexão em torno de sua inserção histórica deve considerá-la mais como um ingrediente do processo do que simples registradora dos eventos por ela narrados, “atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência históricas” (Cruz; Peixoto, 2007, p.257).

É necessário considerar que os jornais já operavam segundo a lógica capitalista na década de 1960, influenciados pelo contexto polarizado da Guerra Fria. Portanto, é relevante notar que os jornais possuíam interesses empresariais como todo e qualquer empreendimento circunscrito ao regime do capital, movimentando-se em direção ao atendimento de seus financiadores e convergindo com o

---

<sup>14</sup> A *Escola de Annales*, segundo Peter Burke (1997), foi uma escola fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, e se subdividiu em três gerações, marcadas pela crítica a história factual e somente escrita pela via dos documentos oficiais, almejando a sua troca por uma história-problema. A interdisciplinaridade também é marca das reivindicações dos *Annales*, e a terceira geração se marca tanto pela ampliação da comunicação com outras disciplinas quanto pelo revigoramento da história política face ao quantitativismo predominante à época.

posicionamento de seus comandantes de acordo com o sistema reinante (Fonseca, 2011; Capelato 2015). Deve-se assinalar também que, além de se autogovernar em consonância ao seu caráter empresarial, os jornais são “instituições políticas” pelo modo como se relacionam com a opinião pública, levados pela sua própria natureza de potenciais formadores desta (Cook, 2011).

Deve-se ressaltar que as instituições que ficam a cargo da realização da imprensa acabam por atuar tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Espaço privilegiado de mobilização da opinião pública<sup>15</sup> e de poder, os veículos noticiosos agem em um ambiente sob regras que exprimem uma correlação de forças as quais interagem constantemente (Cruz; Peixoto, 2007). Apresentando uma função de instituição pública na medida em que executa o papel de mediadora entre o governo e os cidadãos, as empresas jornalísticas, após sua modernização e o estabelecimento de relações comerciais com diversos agentes na realidade capitalista, se assumem como instituições privadas. Portando uma condição *sui generis*, a imprensa possui papel de relevância ao intermediar a sociedade civil com os órgãos estatais, mas convive com a realidade de contrabalançar seus interesses privados com seu dever público (Capelato, 2015).

Atinente ao conceito de representação que se segue neste estudo, Roger Chartier (2002a) ressalta que a análise dos documentos escritos deve considerar as “estratégias de escritura e às intenções do autor” e, de forma mais condizente aos ditos da imprensa e dos jornais impressos, aqueles “que resultam de uma decisão de editor ou de uma imposição de oficina” (Chartier, 2002a, p.71). O espaço no qual se formata o escrito importa e influencia a recepção do leitor, modelando suas antecipações frente ao texto, também podendo cumprir a função de atração de públicos ou a usos nunca perpetrados (Chartier, 2002a).

Nesse sentido, as representações, também formadas pelos impressos, adquirem grande relevância na investigação dos discursos emanados diacrônica e sincronicamente, entrando no campo de batalha de diversas outras representações forjadas por outros sujeitos influentes, processo em que se assentam em consonância a “termos de poder e de dominação”. Para Chartier (2002b), as lutas de representação têm tanta relevância quanto o âmbito das lutas econômicas no que tange a imposição de

---

<sup>15</sup> Coincidindo com a formação do Estado Moderno, a opinião pública é um fenômeno que necessita de sociedade civil desvinculada do Estado, de caráter livre e articulada de modo a permitir que indivíduos ou grupos se associem para emitir suas opiniões em relação ao governo apesar de não desenvolver uma política de forma prática. A opinião pública ganha sentido institucional quando, em um regime democrático, seus cidadãos definem o gerenciamento dos mecanismos de poder através das eleições, associando-se às ideias de soberania, vontade do povo, liberdades públicas e representação. Ver Mateucci (1998).

uma determinada visão de mundo, afirmando uma ótica da realidade anteriormente grupal e que se expande para o social. Considerando Chartier, entendemos que o conceito de representação é uma visão de mundo que ganha forma quando enunciada e entra nos embates representacionais frente a outras interpretações da realidade, tomando terreno conforme a adesão dos sujeitos que a acessaram.

A imprensa foi um segmento da sociedade civil que teve atuação marcante durante todo o governo João Goulart. Segundo Alzira Alves de Abreu (2006), que analisou os jornais impressos no período Goulart, a década de 1960 atravessava grande ebulição no jornalismo político, tendo seu ápice. A conjuntura nacional e social era traduzida por meio de reivindicações e ações em favor de uma sociedade mais justa, quer pelo sistema político democrático, quer pelo sistema socialista de governo, variando de movimento a movimento e suas respectivas orientações políticas. Os anos 1960 também foram portadores “de movimentos de renovação cultural impregnados de grande politização e radicalização, tanto de direita e extrema direita, quanto de esquerda e extrema esquerda” (Abreu, 2006, p.108). Outra característica da imprensa à época era de obter posição partidária, mesmo não sendo subvencionada por nenhum partido do jogo político, o que Abreu (2006) entende fazer parte de uma concepção missionária que entendiam possuir.

Segundo Abreu (2006), a imprensa, de modo geral, se posicionou favoravelmente a primeira grande dúvida gerada pelo momento da renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente: a apropriação do cargo ou não pelo vice-presidente João Goulart. Os jornais empunharam a bandeira da continuação do regime democrático e da manutenção de fidelidade a carta constitucional. Porém, houve jornais que se opuseram a posse de Goulart. Estes jornais eram *O Globo* e o *Estado de São Paulo*.

A aprovação do parlamentarismo pelo Congresso Nacional e a confirmação do plebiscito para o início de 1963 suscitou outras reações. O *Estado de São Paulo* rejeitou veementemente a solução parlamentarista alegando que tal sistema não seria capaz de resolver os problemas do Estado brasileiro, visto que o presidente não teria autoridade. O *Globo* apoiou a emenda parlamentarista. A *Tribuna de Imprensa*, chefiada pelo governador da Guanabara Carlos Lacerda e também oposicionista, enxergou o parlamentarismo como a pior saída possível, sendo retratado como uma solução do Partido Comunista (Abreu, 2006).

De acordo com Abreu (2006), quando se confirmou o plebiscito para o retorno ou não do regime presidencialista, *O Globo* mostrou-se amplamente favorável a volta do presidencialismo, com esperanças de que Goulart atacasse a inflação e sanasse a crise política. O *Estado de São Paulo* foi

radicalmente contra, entendendo a concessão de poderes de um presidente da república a João Goulart pior do que o famigerado parlamentarismo coevo.

A Revolta dos Sargentos, no dia 12 de setembro de 1963, é considerada como um ponto de inflexão por Abreu (2006). Para Ferreira e Gomes (2014), até aquele momento os jornais não desenvolviam ataques ao governo que possam ser considerados como agressivos se comparado a época do segundo mandato de Vargas, quando a oposição era incessante. “Embora muitos jornais fizessem duras e sistemáticas críticas ao governo, não se encontra na imprensa, em geral, uma histeria anticomunista e/ou uma pregação golpista[...]” (Ferreira; Gomes, 2014, p.245). O *Jornal do Brasil* defendeu o governo até o fim do Plano Trienal. Após o comício da Central do Brasil, jornais como o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã* exemplificam a tendência geral dos jornais de pedirem a saída de João Goulart da presidência, seja por meios constitucionais ou não.

O papel da imprensa mostrou-se de forma substancial para a propagação de ideias e ideais na sociedade brasileira dos anos de vigência no mandato João Goulart. O meio midiático foi relevante no que se refere ao modo de propagação da informação, e no período Jango, todos os jornais e a incipiente televisão selecionavam os fatos a serem transmitidos ao público, também emitindo opiniões sobre a situação política do país. Alguns jornais se destacaram no que concerne ao protagonismo no ataque ao governo e a deposição do presidente, assim como houve jornais que o defenderam até o último minuto, como, por exemplo, *O Diário Carioca* (Abreu, 2006).

Para Aloysio Castelo de Carvalho (2010), a imprensa liberal encontrou um propósito maior no que entendiam haver uma penetração do comunismo no tecido social e nos órgãos do Estado durante o governo Goulart, manifestada, em sua compreensão, nas atitudes de sujeitos comprometidos com o programa de reforma social que começaram a estimular a participação popular não somente por meio das eleições, mas também pelas ações diretas, greves e protestos, em paralelo a propagação de um questionamento de cunho socialista que colocava a propriedade privada como alvo. Diante disto, Carvalho (2010) infere que setores da imprensa liberal do Rio de Janeiro, precipuamente representados por jornais como *O Globo*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil*, “passaram a enfatizar a concepção publicista da opinião pública em detrimento de uma concepção institucional”, atribuindo “à própria imprensa o papel de autêntica representante da opinião pública, em detrimento do Poder Legislativo” (Carvalho, 2010, p.37).

O jornal *Folha de São Paulo* também se autoafirmava como um jornal do segmento democrático e liberal na época do governo Jango. Emitindo editoriais sobre diversos personagens e temas naquele período, a *Folha* se mostrou um espaço de opinião com constantes questionamentos a condução de Goulart da governança brasileira, continuamente combatida por diversos fatores que se apresentavam tanto externa quanto internamente naquele contexto. Os partidos políticos à época não escapavam de suas análises, principalmente os protagonistas daquele sistema partidário, PSD, UDN e PTB. A seguir, centraremos nossa análise aos editoriais da *Folha* sobre o PTB no período presidencialista de Jango, partido alvo de desconfianças por parte da imprensa que julgava defender os valores ocidentais e o “regime de liberdade” nas suas impressões.

### **A *Folha de São Paulo* no regime presidencialista de João Goulart: os editoriais sobre o PTB**

No início dos anos de 1960, o jornal paulista *Folha de São Paulo* experimentava marcantes mudanças no seu interior e na direção da empresa. Fruto da junção entre três jornais, sendo estes *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*, a *Folha de São Paulo* começava a circular sob o comando de Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que assumiram a direção em agosto de 1962, também ocasionando na alteração de chefia de redação, agora sob comando de José Reis (*Folha de São Paulo*, 2009).

Apresentando-se como um jornal que defendia a evolução da economia para a conquista da paz social durante o período democrático da Quarta República brasileira, a *Folha* também pugnava pela livre entrada do capital estrangeiro, atuando em associação com os interesses brasileiros de desenvolvimento de seu parque industrial. Da mesma forma, via necessária a adoção de tecnologia mais avançada a fim de incrementar o conhecimento organizacional e técnico em nossas terras com o objetivo de se aumentar a produção e diversificar a economia (*Folha de São Paulo*, 2009). Suas transformações no período em que João Goulart era o mandatário do executivo federal fizeram da *Folha* o maior jornal de circulação paga no Brasil em 1963, feito alcançado a partir de uma conduta empresarial atuante com fins expansionistas, onde se combinaram dois fatores de relevância: a aquisição de frota para o envio de jornais ao interior de São Paulo e a revolução tecnológica experimentada na área de impressão, tornando o jornal um dos principais veículos noticiosos à época (*FOLHA DE SÃO PAULO*, 2009).

Definindo-se como um jornal liberal e democrático, a *Folha* analisou as diversas temáticas relacionados ao contexto social brasileiro tentando analisá-los sob este prisma. De acordo com Mateucci (1998), do ponto de vista político e histórico, pode-se definir que o liberalismo sempre se mostrou como defensor das liberdades e autonomia dentro do espectro da sociedade civil, também apresentando de maneira contínua os valores concernentes a diversidade dos envolvidos, junto a suas valências plurais e variantes. O liberalismo, nesse sentido, se oporia também ao poder central que pode ser representado pelo Estado, constructo mais sistemático na sua forma de operar. Em relação a seus valores democratas, a *Folha* acreditava defender e exprimir uma característica do “regime de liberdade” ao gozar de um lugar de fala sem amarras somente possível em um Estado liberal, manifestando uma liberdade particular que, segundo Bobbio (1998), vai além de exprimir uma manifestação opinativa ou direito de associação para se influir no contexto político presente, mas também participa do processo de escolha de seus representantes. Portanto, um regime democrata deve “reconhecer alguns direitos fundamentais de liberdade que tornam possível uma participação política guiada por uma determinação da vontade autônoma de cada indivíduo” (Bobbio, 1998, p.324), os quais a *Folha* fez uso e acabou por influenciar alguns rumos da sociedade brasileira à época do governo presidencialista de Jango.

O liberalismo brasileiro, à época advogado pela UDN, apresentava algumas ambiguidades. De acordo com Benevides (1981), o discurso liberal construído por seus autoafirmados defensores não se poupava em clamar pela intervenção armada do Estado quando os acontecimentos não ocorriam da forma que desejavam, invocando os militares em meio aos seus apelos de contestação a sufrágios ou em justificação de golpes militares em nome do liberalismo. Para os liberais daquele interim, era necessário interromper o processo democrático para saná-lo e salvá-lo. Além disso, o liberalismo brasileiro idealizava uma volta ao passado, recusando mudanças no cenário social e político, e, se imbricando com a crença da necessidade do comando pelas elites, acreditava que o povo não seria capaz de escolher por si mesmo, somente devendo ser guiado.

Emitindo editoriais sobre as realidades social, política e econômica brasileiras, a *Folha* abordou a conduta dos principais partidos do sistema democrático brasileiro à época, materializados em PSD, UDN e PTB. O PTB, partido do presidente João Goulart, apresentou-se como um dos focos do jornal paulista, emanando representações que visavam formar uma opinião pública de acordo com parâmetros sociais, políticos e econômicos que o veículo entendia como a estrada correta a ser seguida para a sociedade brasileira.

Para iniciar, em editorial de 31 de março de 1963, sob o título de “Intervenção disfarçada”, a *Folha* critica a ação do governo federal ao intervir militarmente na Guanabara por conta da proibição do governador Carlos Lacerda (UDN) perante o Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba<sup>16</sup>, que acabou sendo realizado entre os dias 28 e 30 de março em Niterói. Entendendo de maneira indubitável que a ação do governo federal não se tratava apenas do evento utilizado como pretexto, a *Folha* sugeria que a atitude do executivo comandado por Jango também era uma forma desconfiável de uso da força. Durante a argumentação, o veículo paulista observa que

Ressalta, à primeira vista, a intenção de um revide ou manobra meramente política, quando menos para satisfazer e devolver prestígio àqueles quarenta deputados, que se nomeiam “nacionalistas”, quase todos do PTB, e que, valendo-se de suas imunidades, liderados pelo sr. Leonel Brizola, sob alarde e ameaças, puseram-se em direção à Guanabara, visando à realização, quase à força, do Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba, proibido pelo governador Carlos Lacerda, como subversivo e atentatório as instituições (*FSP*, 31/03/1964, p. 4).

Inferindo que o governo não possui valência de “polícia político-social”, a *Folha* contesta ao longo do editorial o porquê que as ações federais não se direcionam a segmentos como os “ferroviários e empregados em carris urbanos”, que pararam suas respectivas greves após a intervenção federal na Guanabara, que nunca se voltou para uma proibição “do conclave pró-Cuba fidelista”. Mesmo assim, o veículo entende que Carlos Lacerda saía maior do episódio, pedindo a Deus que tal fato não interferisse nas negociações de San Tiago Dantas em sua visita aos Estado Unidos (EUA) naquele momento.

É possível perceber que o jornal acaba elencando alguns personagens “subversivos” que apoiariam a manifestação pró-Cuba socialista. Mencionando setores da classe trabalhista, o jornal põe na mesma seara de apoio ao congresso os deputados do PTB liderados por Leonel Brizola, congresso este que foi proibido justamente por Carlos Lacerda devido a seus elementos entendidos como proponentes do fim do sistema democrático em favor do regime soviético. A *Folha*, portanto, não concordava com as atitudes do governo federal, propondo que o executivo poderia recorrer ao judiciário primeiramente, e que tal movimento tencionava recuperar a moral dos deputados petebistas no congresso nacional, através de uma manobra política e uma atitude revanchista de revide.

---

<sup>16</sup> O Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba foi uma reunião de diversos personagens nacionais e internacionais que apoiavam a revolução cubana, se autodefinindo como defensora do direito de autodeterminação dos povos e da paz. Ver [Congresso Continental de Solidariedade a Cuba \(marxists.org\)](http://marxists.org) (Acessado em 18/12/2023).

Mas a *Folha* apresentava outras concepções acerca do partido petebista. Em editorial de título “A necessária oposição”, publicado no dia 02 de julho de 1963, o jornal escrevia sobre o anúncio da UDN sobre a realização de uma oposição mais ferrenha ao governo de João Goulart. Desta forma, a *Folha* assim noticiava:

Anunciou a UDN a semana passada, na Câmara Federal, a intenção de desencadear “intensa campanha oposicionista”, e o fato foi recebido com satisfação, inclusive por setores mais responsáveis do PTB, segundo manda dizer de Brasília o redator político desta folha (FSP, 02/07/1963, p. 4)

No dia 20 do mesmo mês, em editorial “Jogo demorado”, a *Folha* publicava suas impressões sobre os partidos envolvidos no debate da Reforma Agrária<sup>17</sup>, assinalando que o debate se estendia de modo exaustivo ao mesmo tempo que menciona os conflitos rurais que ocorriam em Estados como Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Para o jornal paulista, o que ocorria no parlamento em Brasília era um “jogo de habilidades”, em que os “jogadores” PSD, UDN e PTB moviam peças num tabuleiro de xadrez de modo cuidadoso, tentando atingir seus objetivos de modo mais satisfatório possível. Para a *Folha*

Voltou a estabelecer-se no Congresso o diálogo em torno da reforma agrária, depois de largo período que o assunto parecia ter sido relegado a plano secundário. Já é alguma coisa. Parece, porém, que os três grandes partidos brasileiros – o PSD, a UDN e o PTB – falam línguas diferentes. Por isso o diálogo é tão penoso, e são necessários tantos intérpretes para tentar explicar exatamente o que quer dizer cada um dos interlocutores. Não é sem uma sensação de desencanto que se acompanha o noticiário da Câmara Federal: a UDN manobra para impor o “seu” projeto de reforma agrária (o chamado projeto Milton Campos<sup>18</sup>), o PTB procura torpedeá-lo, pois também tem a “sua emenda”, o PSD navega entre os dois, elabora uma forma intermediária e está na iminência de vê-la vitoriosa (FSP, 20/07/1963, p. 4).

Na parte final do editorial, o veículo noticioso paulista elogiou a discussão da reforma agrária como um elemento que fez despertar a consciência nacional no que tange aos problemas de uma

---

<sup>17</sup> A Reforma Agrária debatida no governo Goulart se marcou por opor diferentes concepções acerca da forma de como as terras seriam subdivididas e adquiridas pelo governo. As correntes esquerdistas, com representação em alguns setores do PTB, desejavam a aquisição de terras sem indenização por parte do poder público, enquanto correntes de verve conservadora, representadas por setores de UDN e PSD, procuraram editar propostas que previam alguma ação indenizatória àqueles que teriam suas terras encampadas pelas medidas governamentais. Ver Ferreira; Gomes (2014)

<sup>18</sup> De acordo com Natividade (2013), o projeto Milton Campos consistia na distribuição de propriedades rurais com base nas diferenças regionais, visando estimular a produtividade e programas de educação, saúde e habitação, bem como buscava incentivar a formação de uma classe média rural junto a implantação de planos para industrializar o campo. Além disso, o projeto objetivava desapropriar terras que constituíssem minifúndio anti-econômico e estabelecer a desapropriação de acordo com o interesse social.



estrutura velhaca e anacrônica que tomavam a zona rural do país, mas também cobrou celeridade na resolução dos conflitos congressuais em torno do tema. Mencionando as incertezas tanto do proprietário de terras quanto dos assalariados do campo, a *Folha* acreditava que o fim do debate estava próximo, e os principais partidos políticos do sistema democrático brasileiro da República de 1946 deveriam encerrar este assunto.

Nestes dois editoriais, percebe-se que o discurso da *Folha* transparece que, no caso particular do PTB, o partido possuía uma ala “responsável” e, considerando o partido um dos maiores da democracia brasileira, é possível inferir que o jornal entendia também haver no partido petebista uma predisposição ao debate e conseqüentemente, vocação para o sistema democrático naquele momento. Apesar disso, a *Folha* reincide na utilização de termos mais agressivos em relação às ações petebistas, retratando-as de forma belicosa com claras intenções de afundar a proposta da oposição com o seu torpedeamento.

Em editorial do dia 01 de setembro de 1963, intitulado “Ideologia e Fisiologia”, a *Folha* tem como tema central o partido petebista. De acordo com a análise do jornal, o PTB é dividido entre as alas ideológica e fisiológica. Apontando que em quase todos os partidos há correntes que se distinguem por estas nomenclaturas, o jornal diz que há diferenças do PTB em relação aos outros por seu caráter não reconhecido oficialmente. Logo, explica o que seriam as alas ideológica e fisiológica do PTB: a primeira compreenderia parlamentares que, supostamente, embasariam suas ações por ideias, e a segunda concernia a congressistas que se moviam de acordo com um movimento de “toma lá, dá cá”, onde se moviam por interesses próprios pressionando por cargos no governo, submetendo suas negociações a benefícios pessoais. A *Folha* indicava que estes seriam maioria.

O jornal paulista acreditava que nem os líderes do PTB despercebiam a subdivisão existente no partido, lançando uma crítica:

À primeira vista, parece mais defensável – e até elogiável – a posição dos “ideológicos”. A verdade, porém, é que no grupo, a par de alguns trabalhistas sinceramente identificados com os anseios da massa e empenhados em fazer com que o partido os exprima, existem numerosos elementos radicalizados, que outra coisa não tem feito senão agitação e pregação revolucionária. A “ideologia” desses elementos tem dificultado a solução democrática e pacífica dos nossos problemas dentro da Câmara Federal principalmente. (*FSP*, 01/09/1963, p. 4)

Citando também a reforma agrária em debate, a *Folha* desesperançava o leitor para um entendimento em torno da discussão se dependesse de uma atitude conciliatória dos petebistas, visto

que sua conduta os direcionava para um caminho de impasses intransponíveis e que parecia sempre objetivar a complicação das coisas, dando aval para que as questões mais candentes não encontrassem solução por um motivo desconhecido.

Quanto à ala fisiológica, o jornal inferia que não havia simpatia popular por aquele segmento, sendo uma ala que se formava a partir de velhas práticas na política que se pautavam pelos interesses privados e pelo benefício pessoal. Mencionando também a ala fisiológica do PSD, a *Folha* diz que os fisiológicos petebistas se encontravam mancomunados com eles naquele instante, visando uma parte do quinhão de liberalidades governamentais. Para o veículo, “interesse público, interesse coletivo e ninharias desse tipo são coisas que não contam na luta entre a fisiologia pessedista e a filosofia trabalhista” (*FSP*, 01/09/1963, p.4). Para a encerrar, a *Folha* entende que

Os partidos brasileiros só reconquistarão o respeito da opinião pública quando deixarem de lado a fisiologia e se guiarem pela ideologia. Mas ideologia mesmo: reta, clara, democrática, que não se confunde com a atuação extremista hoje disfarçada sob aquela capa. (*FSP*, 01/09/1963, p. 4).

Percebe-se, ao longo do texto, que a *Folha* apresentou algumas vezes o termo ideologia entre aspas quando se tratava de caracterizar o PTB. Além disso, fica claro em sua análise que nenhuma das alas petebistas lhes pareciam suficientes para dar cabo dos problemas do país, acusando-os de tentarem atrapalhar mais os entendimentos do que buscar uma solução democrática e pacífica. O PTB portava, para o jornal, elementos radicalizados que não desejavam colaborar para os impasses presentes no congresso e na sociedade brasileira naquele momento, dificultando resoluções para debates tais como a reforma agrária. No final, sua inferência é que somente os ideológicos poderiam encaminhar a vela brasileira para ventos auspiciosos, mas destacam: as ideologias deveriam respeitar o jogo democrático e não jogar com o subentendido, ação a qual os extremistas fariam uso.

Em “Lições do Pleito”, editorial emitido no dia 25 de outubro de 1963, a *Folha* sugere que políticos e leitores se baseiem nas eleições municipais paulistanas de 1963 para medir a força dos que se diziam representantes das massas trabalhistas, entendendo ter uma representação de importância exagerada no contexto político brasileiro. Mesmo antes de se ter a divulgação do resultado oficial, o jornal já concluía que de maneira inequívoca poderia se afirmar a fraqueza das esquerdas, sendo um evento significativo por São Paulo se tratar de um dos maiores polos do operariado urbano nacional. Para dar fulcro a seu posicionamento, a *Folha* escreve:

De fato, a menos votada das legendas em São Paulo foi a do Partido Socialista, uma das mais permeáveis à infiltração comunista. O PTB, igualmente sempre solícito no abrigar candidatos vermelhos, encontra-se numa penosa situação intermediária, com votação equivalente à do modesto PL. Muito acima das legendas que afirmam representar as “forças populares” encontram-se a “aristocrática” UDN, o obscuro PST, o novo MTR, o velho PR, o PDC e outras agremiações, sem contar o PSP do sr. Ademar de Barros, que lidera as apurações e que fez também do anticomunismo uma de suas bandeiras (*FSP*, 25/10/1963, p. 4).

O editorial prossegue dizendo que as eleições fornecem uma régua com números claros que desfazem mitos da propaganda esquerdista, dizendo que existem falsos grupos que se dizem representantes dos trabalhadores que acabaram rechaçadas pelo pleito paulistano, um dos núcleos de maior politização nacionalmente. Para a *Folha*, o eleitor de São Paulo repudiou o extremismo o qual partidos como o PTB e o Partido Socialista costumam abrigar, e também sublinha uma crise de representatividade que o sistema democrático brasileiro passava, em que o sufrágio na cidade de São Paulo escancarava com o alto número de abstenções e votos nulos e brancos.

É notório o sentimento de vitória nas palavras da *Folha* ao analisar a prévia dos resultados das eleições municipais paulistanas de 1963, indicando que a votação foi uma grande derrota aos extremistas, que se encontravam em partidos de esquerda, tais como o PTB. Nesse sentido, a *Folha* faz questão de ressaltar que a propaganda esquerdista não causou efeito naqueles que justamente julgava defender, as chamadas “forças populares”. A assertividade em apontar a “fraqueza” das esquerdas, onde inclui o PTB, é passível de se compreender como uma comemoração do pleito paulistano, visto que agremiações partidárias que abarcassem a infiltração comunista não traduziam a vontade do povo da cidade de São Paulo.

### **Considerações finais**

Em uma sociedade progressivamente mais ativa na década de sessenta do século XX, o Brasil não escapou de um contexto beligerante que tomava o mundo e viu sucessivas crises se apossarem do cenário político, econômico e social, onde a América Latina também se insere. A vigilância norte-americana sempre esteve presente sobre o resto do continente, entretanto, após a emancipação cubana e a implementação da via socialista e anti-imperialista, as intervenções se intensificaram. Os estadunidenses entenderam que não poderiam permitir a gênese de outro Estado comunista como

ocorreu em Cuba, criador de outro paradigma para os revolucionários e socialistas do ocidente, fazendo da luta armada uma possibilidade de implantação de seus ideais. Muito por conta deste fator, os liberais anticomunistas latino-americanos entraram em estado de atenção, envolvendo militares, imprensa e elementos da sociedade civil em geral. Os partidos políticos, máquinas de representatividade popular, foram analisados pelo binóculo da polarização, ensejando apoios e dissensões.

Como foi explicitado, a imprensa foi um dos setores de maior atuação e opinião frente aos acontecimentos do início da década de 1960 no contexto brasileiro, encetada pela renúncia repentina de Jânio Quadros, passando pela conturbada posse de João Goulart como presidente e todo seu governo, terminando no famigerado golpe militar de 1964, onde diversos veículos noticiosos, apesar de sua verve liberal e democrática, apresentaram passividade ou concordância.

O cerne de nossa análise recaiu sobre o jornal *Folha de São Paulo*, que se constituiu num dos principais jornais de circulação paga no Brasil durante o governo Goulart. Comandados pelos editores Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, a *Folha* ascendeu como um importante veículo informativo e de opinião, emitindo diversos editoriais ao longo do mandato de Jango tanto em seu período parlamentar quanto no regime presidencial. Nosso foco se centrou no PTB, e pôde-se perceber pela análise realizada que o jornal paulistano emanava ideias e opiniões que ora acreditavam na capacidade de negociação do partido e sua verve democrática, ora compreendiam que sua real intenção era acabar com o regime democrático brasileiro, entendendo que o abrigo a indivíduos que defendiam o sistema comunista soviético representava perigo para regime democrático. Utilizando termos de tons mais agressivos para as ações do PTB na Câmara ou nos debates sobre os temas prementes daquela sociedade, a *Folha* expôs interpretações de diferentes matizes que apresentavam o plano de fundo do contexto global, alegre quando as esquerdas não atingiam seus objetivos, temerosa quando enunciava certas atitudes petebistas que poderiam ser identificadas ao regime soviético. Tais representações ainda encontram eco hodiernamente, consolidando ou debilitando as representações de diversos personagens da política atual brasileira.

### Fontes

A NECESSÁRIA oposição. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, p.4, 2 jul. 1963. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 15/12/2023.

IDEOLOGIA e fisiologia. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, p.4, 1 set. 1963. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 15/12/2023.

JOGO demorado. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, p.4, 20 jul. 1963. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 15/12/2023.

INTERVENÇÃO disfarçada. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, p.4, 31 mar. 1963. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 15/12/2023

LIÇÕES do pleito. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, p.4, 25 out. 1963. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 15/12/2023.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart. Entre a memória e a História**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.107-128.

ANDRADE, Everaldo. **A Revolução Boliviana**. São Paulo, UNESP, 2007.

AYERBE, Luis Fernando. **A revolução cubana**. São Paulo: UNESP, 2004.

BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Vol. 2. 11.ed.. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Diní. Coordenação da tradução: João Ferreira. Revisão geral: João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Ed. UnB/Linha Gráfica, 1998.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia. (Org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p. 114-136.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)**. Niterói: Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a, p. 61-80.

\_\_\_\_\_, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002b, p.13-28.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, n° 35, São Paulo, jul-dez. de 2007. p. 253-270

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; \_\_\_\_\_, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (O Brasil republicano; v.3), p. 123-154.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_, Jorge; Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (O Brasil republicano; v.3), p. 123-154

HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. In: \_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. 2.ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed.; 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MATEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Vol. 2. 11.ed.. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini.

\_\_\_\_\_, Nicola. Opinião Pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Vol. 2. 11.ed.. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de luta de classes e intraclasses**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira, 1966.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 1964**. 11.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

## Sítios Eletrônicos

Definição sobre o Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba: [Congresso Continental de Solidariedade a Cuba \(marxists.org\)](http://marxists.org) (acessado em 18/12/2023).

Verbetes sobre a *Folha*: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo> (acessado em 18/12/2023).